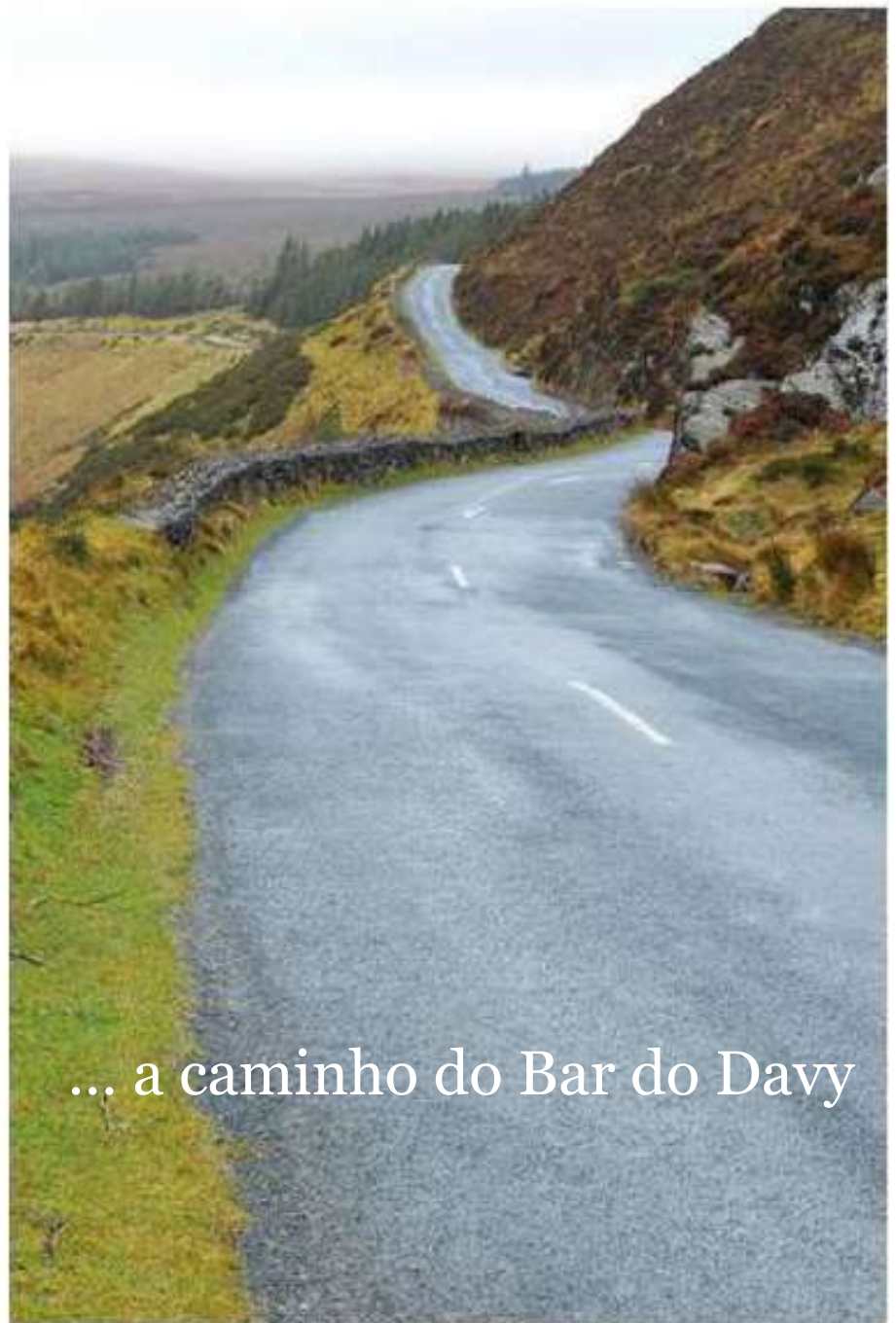
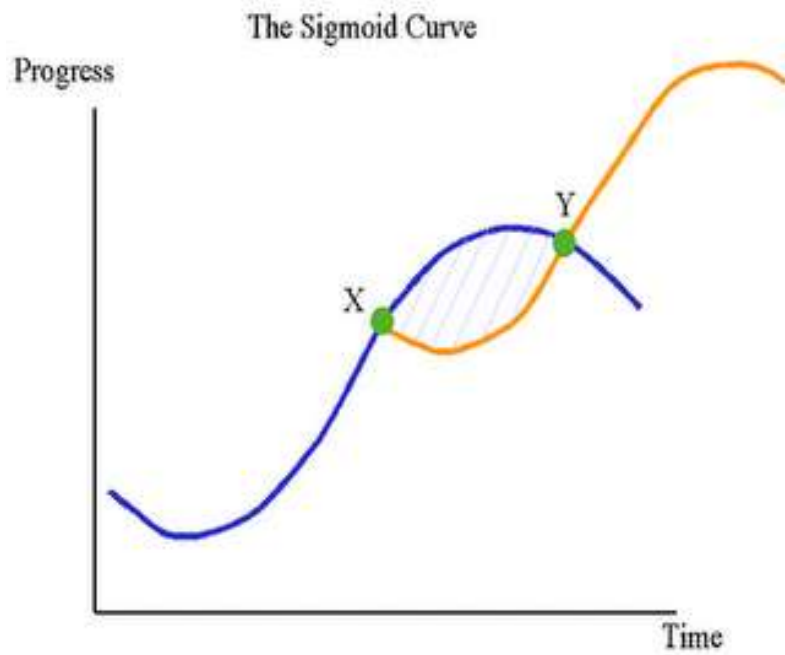


Sustentabilidade nas Redes de Transportes de Pessoas





... a caminho do Bar do Davy

Wicklow Mountains Road



Comunidade Intermunicipal

Os 3 P's da Sustentabilidade

(Triple bottom line)



Os 3 P's da Sustentabilidade



Do tradicional trabalho isolado... à ligação sistémica.

Os 3 P's da Sustentabilidade

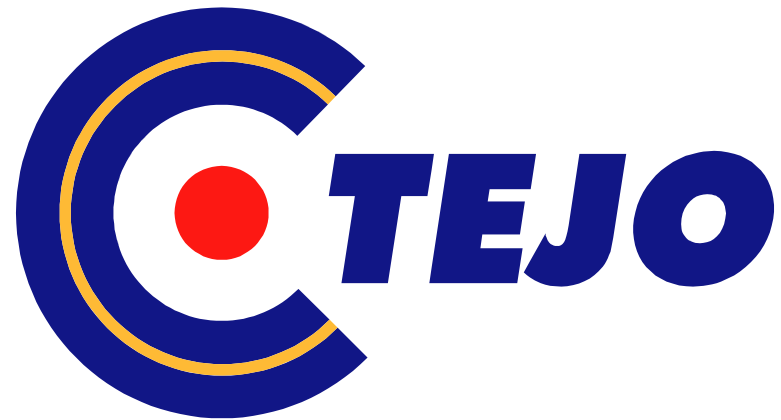
(Triple bottom line)

O desenvolvimento da economia depende da valorização do ambiente, mas também se verifica o inverso. O desenvolvimento do ambiente implica uma economia sustentada.



Sempre, com o envolvimento da sociedade.

É o que a Rodoviária do Tejo
tem vindo a fazer.



Pessoas

- Nos últimos 4 anos...
 - Admitimos 135 motoristas;
 - Efetuámos cerca de 40 mil horas de formação;
 - 20% das ações focaram-se na condução económica e defensiva.

Frota

- Nos últimos 4 anos abatemos as 142 viaturas de mais elevado consumo;
- Adquirimos 173 viaturas, das quais 66 novas, todas com menores consumos e melhor desempenho ambiental (emissão CO₂);

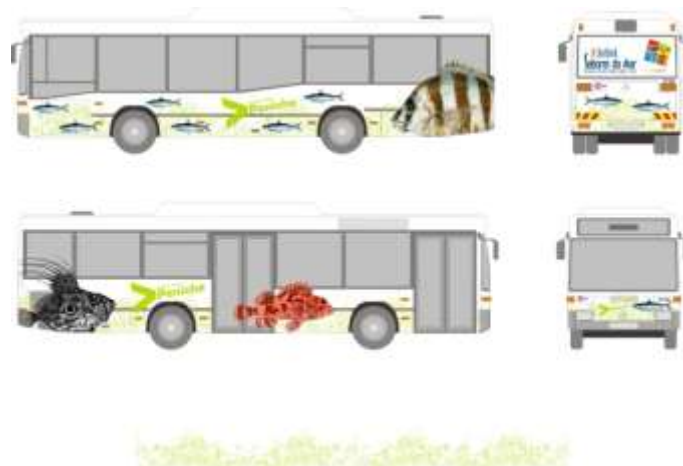


Nova bilhética

- 2k mil euros de investimento;
- 480 consolas equipadas com GPS, GPRS e WiFi;
- Adesão ao modelo de dados OTLIS.



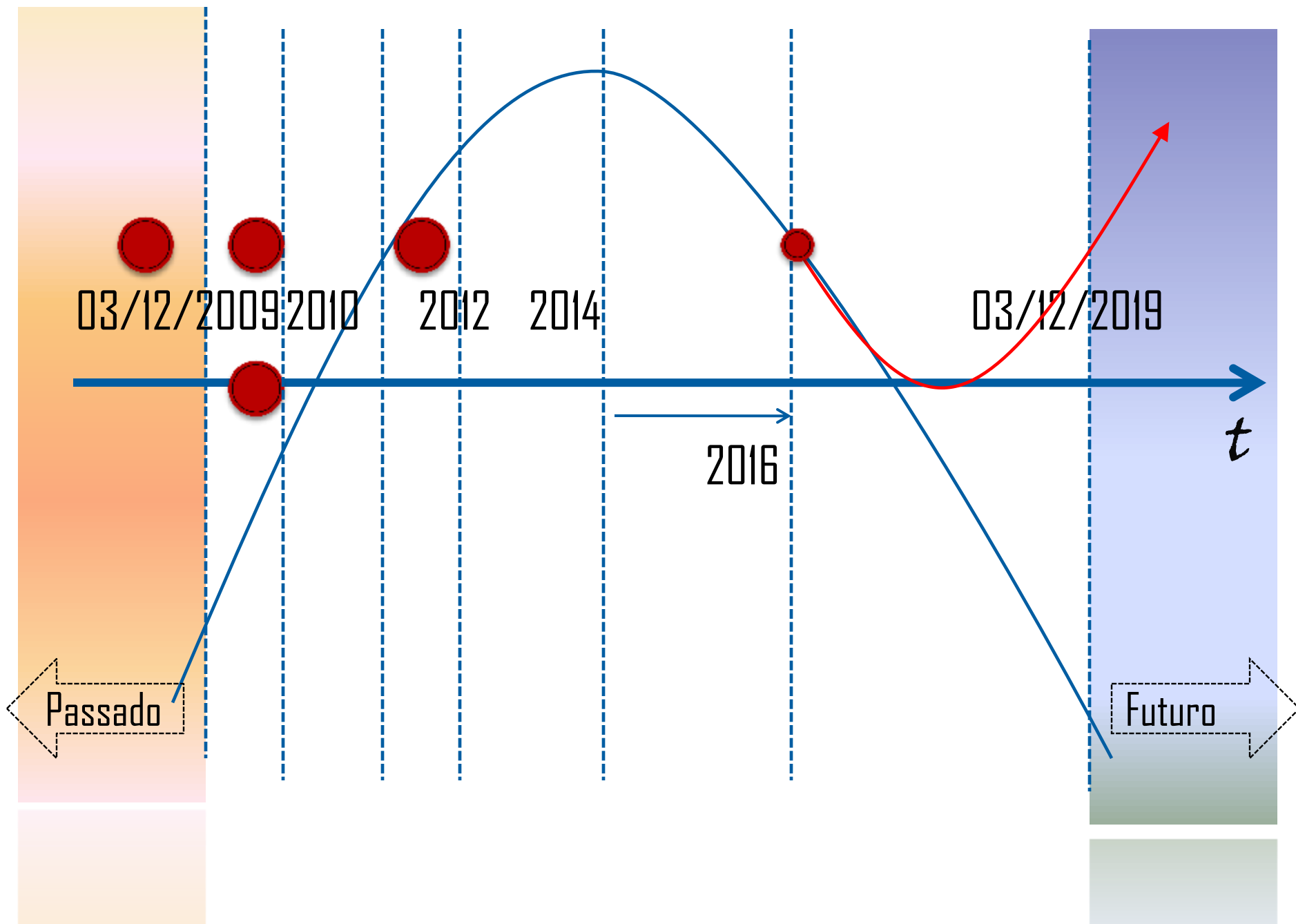
Proximidade

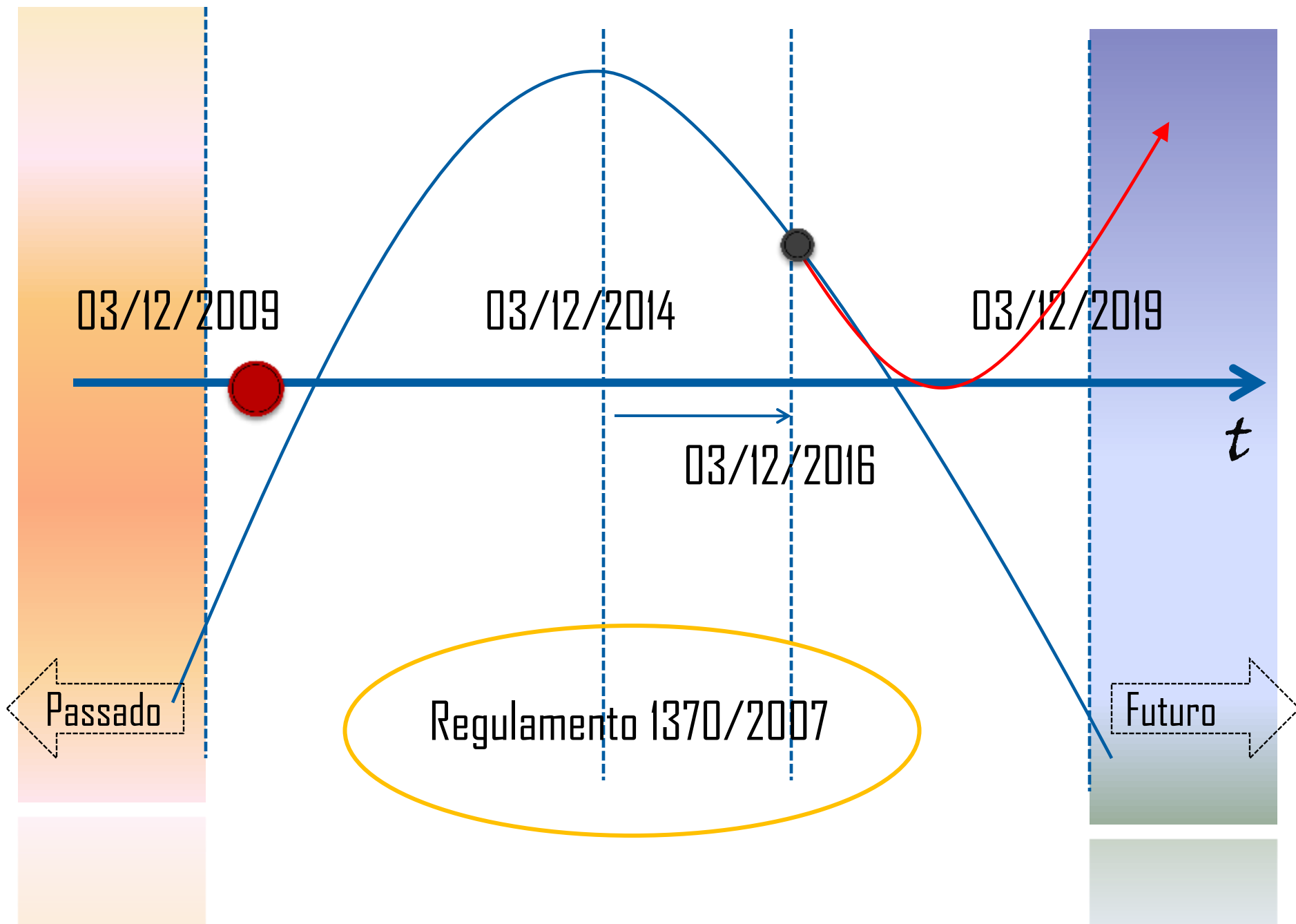




EUROPA 2020

Apresentação de J.M. Barroso,
Presidente da Comissão Europeia, ao Conselho Europeu informal de 11 de Fevereiro de 2010







Wicklow Mountains Road

LINKS

REGULAMENTO (CE) N.º 1370/2007 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO

de 23 de Outubro de 2007

relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros e que revoga os Regulamentos (CEE) n.º 1191/69 e (CEE) n.º 1107/70 do Conselho

Artigo 1.º

Objectivo e âmbito de aplicação

1. O presente regulamento tem por objectivo definir o modo como, no respeito das regras do direito comunitário, as autoridades competentes podem intervir no domínio do transporte público de passageiros para assegurar a prestação de serviços de interesse geral que sejam, designadamente, mais numerosos, mais seguros, de melhor qualidade e mais baratos do que aqueles que seria possível prestar apenas com base nas leis do mercado.

Para este fim, o presente regulamento define as condições em que as autoridades competentes, ao imporem obrigações de serviço público ou ao celebrarem contratos relativos a obrigações de serviço público, compensam os operadores de serviços públicos pelos custos incorridos e/ou concedem direitos exclusivos em contrapartida da execução de obrigações de serviço público.



EUROPA 2020

Apresentação de J.M. Barroso,
Presidente da Comissão Europeia, ao Conselho Europeu informal de 11 de Fevereiro de 2010



COMISSÃO EUROPEIA

Bruxelas, 20.12.2011
COM(2011) 896 final

2011/0438 (COD)

Proposta de

DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO

relativa aos contratos públicos

(Texto relevante para efeitos do EEE)

{SEC(2011) 1585} {SEC(2011) 1586}

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

1. CONTEXTO DA PROPOSTA

- Justificação e objetivos da proposta

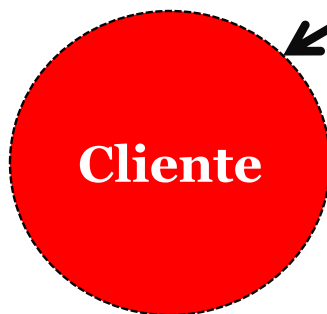
A estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo [COM(2010) 2020] assenta em três prioridades interdependentes e que se reforçam mutuamente: desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação, promover uma economia hipocarbónica, que utilize eficazmente os recursos e seja competitiva, e fomentar uma economia com níveis elevados de emprego e que assegure a coesão social e territorial.

Os contratos públicos, que desempenham um papel fundamental na estratégia Europa 2020, são um dos instrumentos de mercado a utilizar para alcançar estes objetivos, nomeadamente através da melhoria do ambiente empresarial e das condições para que as empresas inovem, bem como do incentivo a uma maior utilização dos contratos públicos ecológicos em apoio da transição para uma economia hipocarbónica e eficiente em termos de recursos. A estratégia Europa 2020 sublinha ainda que a política de contratos públicos deve assegurar uma utilização o mais eficiente possível dos fundos públicos e que é necessário manter os mercados da contratação abertos em toda a União.

Face a estes desafios, a legislação existente em matéria de contratos públicos tem de ser revista e modernizada de modo a poder dar resposta à evolução do contexto político, social e económico.

A presente proposta tem dois objetivos complementares:

- Aumentar a eficiência da despesa pública para assegurar os melhores resultados neste domínio, em termos de relação qualidade/preço. Isto implica, em particular, uma simplificação e flexibilização das regras existentes em matéria de contratos públicos. A adoção de procedimentos racionalizados, mais eficazes, beneficiará todos os operadores económicos e facilitará a participação das PME e das empresas concorrentes transfronteiras.
- Permitir que os adquirentes utilizem melhor os contratos públicos para apoiar objetivos sociais comuns, como a proteção do ambiente, a maior eficiência na utilização dos recursos e da energia, a luta contra as alterações climáticas, a promoção da inovação, do emprego e da inclusão social e a criação das melhores condições possíveis para a prestação de serviços públicos de elevada qualidade.



A Empresa próxima
das Pessoas

... com sustentabilidade!